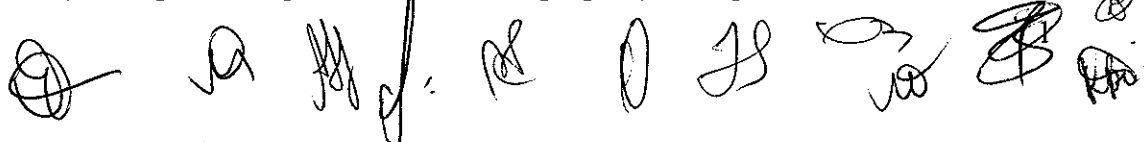
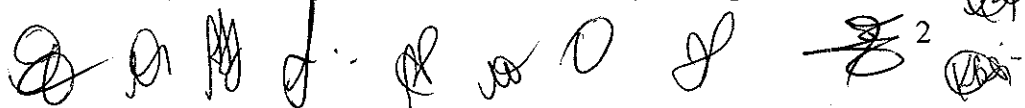


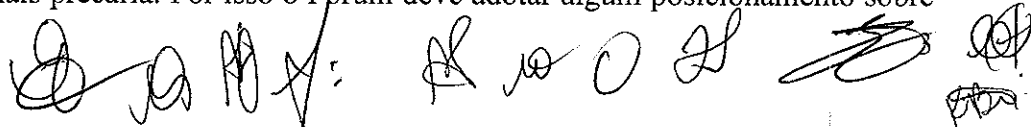
1 Aos 29 dias do mês de setembro de 2016, reuniram-se no Auditório da Universidade do Vale  
2 do Itajaí (UNIVALI), Campus de Kobrasol, os seguintes membros do Fórum Estadual  
3 Permanente de Apoio à Formação Docente de Santa Catarina (FEPAFD/SC): o Senhor **Osmar**  
4 **Matiola**, Diretor de Políticas e Planejamento Educacional (SED/DIPE), representando o  
5 Senhor Eduardo Deschamps, Secretário de Estado da Educação, Presidente do Fórum; a  
6 senhora **Edir Seemund**, Gerente de Políticas e Programas de Educação Superior  
7 (DIPE/GEPRE); a senhora **Karina B. de Oliveira**, secretária executiva do Fórum  
8 (SED/DIPE); a Senhora **Rute da Silva** e o Senhor **Márcio Santos**, representantes da  
9 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Senhora **Cássia Ferri**, representante da  
10 Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE); a Senhora **Andrea Soares**  
11 **Wuo**, representante da Universidade Regional de Blumenau (**FURB**); a Senhora **Soraia Liége**  
12 **Nuhrich**, representante da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); a Senhora **Teresa**  
13 **Machado da Silva Dill**, representante da Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
14 (UNOCHAPECÓ); as Senhoras **Adriana Mendonça Destro** e **Gicele Maria Cervi**,  
15 representantes do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID);  
16 a Senhora **Iris Weiduschat**, representante do Instituto Federal Catarinense (IFC); a Senhora  
17 **Aurélia Lopes Gomes**, representante da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); o  
18 Senhor **Lourival José Martins**, representante da Universidade do Estado de Santa Catarina  
19 (UDESC); a Senhora **Maria Sirlene Pereira Schlickmann**, Representante da Universidade do  
20 Sul de Santa Catarina (UNISUL); a Senhora **Brígida Maria Erhardt** representante da  
21 Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Além dos membros com assento,  
22 participaram da reunião: as Senhoras **Sandra Maria Cunhasque** e **Neiva T. Bodin** (IFC); o  
23 Senhor **Hamilton de Godoy Wielwicki** (PIBID/UFSC), a Senhora **Viviane S. da Rosa**,  
24 (SED/DIPE/GEPEB); a Senhora **Raquel Todeschini** e os senhores **Manoel S. Nascimento**  
25 **Júnior** e **Ancelmo Pereira de Oliveira** (SED/DIPE/GEPRE). Justificaram a ausência o  
26 Senhor **Marcus Vinícius de Moraes**, representante da Universidade Regional de Blumenau  
27 (FURB), o Senhor **Ison Paulo Ramos Bloboslawiski** representante do Centro Universitário  
28 p/ o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI); a Senhora **Mariléia Aparecida**  
29 **Wolff Tubs**, representante da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC); e a Senhora  
30 **Marcilene Popper Gomes** representante do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). O  
31 senhor Osmar Matiola abre a reunião, cumprimenta a todos, solicita a apresentação nominal  
32 dos participantes e submete a ata da reunião anterior à aprovação pelos presentes naquela  
33 ocasião. A ata é aprovada sem contestação. Na sequência, relata que foram encaminhados  
34 alguns itens a serem incorporados na pauta, a saber: a resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio  
35 de 2016, que versa sobre as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar a adolescentes em  
36 medidas socioeducativas; a socialização do 3º Encontro Nacional do PARFOR, realizado em  
37 setembro do corrente ano; a oferta pela Universidade Federal do Paraná de curso de segunda  
38 licenciatura em Língua Alemã; a socialização dos encaminhamentos pelas instituições de  
39 ensino superior (IES) referente à Resolução CNE/CP 02/2015; eventos do PIBID;  
40 licenciaturas e estágio curricular em caráter excepcional nas áreas que não tem professor  
41 habilitado; cursos com recursos do FUMDES (formação pedagógica); algumas informações  
42 sobre as alterações feitas via Medida Provisória referente ao Novo Ensino Médio. A senhora  
43 Cássia solicita espaço para um informe referente à CONAE e a senhora Tereza lembra da  
44 necessidade da atualização do Planejamento Estratégico. Na sequência, o senhor Matiola passa  
45 a palavra à senhora Viviane, que agradece pelo espaço concedido, e passa a falar sobre a  
46 **Resolução CNE/CEB nº 3/2016**. Reitera que a resolução é importante, pois traduz importante  
47 interlocução entre a justiça e a segurança pública visando à garantia de direitos no âmbito de  
48 uma política voltada para a socioeducação. Reforçou que o MEC incentivou esta discussão para  
49 preparar crianças e adolescentes quanto à necessidade de serem orientados a assumir  
50 responsabilidades quanto à conduta social que desempenham. Dá ciência de que a resolução  
51 contém elementos sobre socioeducação que devem ser pensados no Fórum e nas IES, tendo  
52 em vista a realização de possíveis parcerias visando a proposição de políticas direcionadas ao



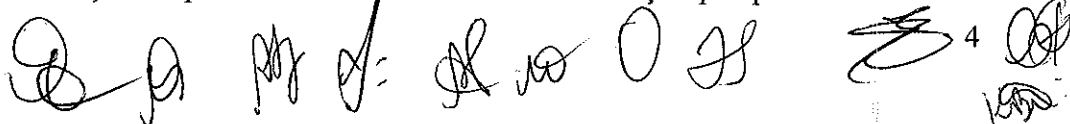
53 tema e a abertura de espaço para estagiários que cumprem medidas socioeducativas. Nesta  
54 ótica, considerou que devem ser feitas as proposições de conteúdos consistentes dentro da  
55 formação inicial e continuada, para qualificar pessoas para atuar neste setor. Reforça a  
56 importância de problematizar os atores que atuam na educação superior para esta temática,  
57 buscando evitar a manutenção do olhar preconceituoso que paira sobre os indivíduos que  
58 cumprem estas medidas. Informou que a base da discussão sobre esta realidade tem como  
59 pano de fundo os direitos humanos, como prevê o Art. 22 da resolução, e representa a base da  
60 interlocução entre as IES, tendo em vista os direitos educacionais do adolescente em privação  
61 de liberdade e o egresso que passou pelo processo da socioeducação. Reforçou que é preciso  
62 incluir esta temática nos cursos de licenciatura e em outros espaços sociais e educacionais,  
63 para que profissionais como assistentes sociais, médicos e psicólogos possam conhecer o tema  
64 e dar novas perspectivas à formação tendo em vista o estabelecimento de parcerias e o  
65 desenvolvimento de pesquisas. Informou que o Sistema Nacional de Atendimento  
66 Socioeducativo - SINASE, via Escola Nacional da Socioeducação, fez uma proposta de  
67 formação que está aberta para conhecimento dos órgãos e IES, pois a escola precisa de  
68 projetos e parcerias. A senhora Cássia informa que na UNIVALI há um trabalho neste sentido,  
69 ligado ao Observatório Internacional dos Direitos Humanos e ao Curso de Direito. Reconhece  
70 que é importante aproximar estas duas articulações ao movimento feito nas escolas na área dos  
71 Direitos Humanos, visando estabelecer alguma parceria. O senhor Lourival considerou  
72 importante a explanação, que levará as discussões para a sua IES e manifestou gratidão e  
73 preocupação, pois se trata de uma nova demanda que chega em um momento em que os cursos  
74 já cumprem uma agenda apertada devido a necessidade da organização de seus currículos.  
75 Reconhece que esta discussão já deveria ter vindo anteriormente para os colegiados dos cursos  
76 e lamenta o fato da contínua chegada de novidades a serem implementadas nas IES. Por fim,  
77 salienta a dificuldade de definir projetos diante de tantas demandas. Reforçou que é preciso  
78 mais tempo para a organização dos cursos. A senhora Aurélia relata que há bastante trabalho  
79 na área dos Direitos Humanos na UFFS e está sendo finalizado um curso de especialização em  
80 Direitos Humanos, o que facilita uma parceria no âmbito da formação continuada e se coloca à  
81 disposição da SED para colaborar no processo da socioeducação. A senhora Edir reconhece  
82 que o tema gera grande tensão, pois o magistério não está devidamente preparado para acolher  
83 estes adolescentes no espaço da escolar. Reforçou que a escola tem esta dificuldade, acrescida  
84 do fato de que o estudante nem sempre respeita o professor, como deveria. A senhora Andrea  
85 indaga se há uma proposta ou um projeto nacional de formação em Direitos Humanos ou se há  
86 alguma caminhada feita que possa ser estudada. A senhora Viviane informa que a discussão  
87 está iniciando agora, mas há uma caminhada. A senhora Brígida reforça que em Joinville já  
88 houve um início de discussão para a criação do Plano Municipal voltado aos Direitos  
89 Humanos. A senhora Teresa reforça que há a necessidade de aprofundarmos a discussão, para  
90 chegarmos a uma nova concepção de Direitos Humanos, com consequências prática, expressas  
91 na elaboração do novo projeto das licenciaturas. O senhor Lourival reconhece que houve  
92 avanço nos estudos referente aos Direitos Humanos nas séries iniciais e infância e que, no  
93 entanto, há novos atores que devem ser pensados e por isso é preciso criar novas práticas na  
94 formação do professor formador. O senhor Matiola reconhece que os indicadores educacionais  
95 apresentaram melhorias consideráveis, mas que os indicadores de violência no Brasil não  
96 melhoraram em nada e por isso, esta é uma discussão central do ponto de vista das  
97 intolerâncias, que devem ser trabalhadas para que haja mudança. A senhora Viviane agradece  
98 o espaço e a socialização e informa que não ficará até o fim da reunião devido a outro  
99 compromisso firmado. Na sequência, passa-se ao próximo ponto de pauta e a senhora Karina  
100 ressalta que o **3º Encontro Nacional do PARFOR** foi um evento muito positivo, realizado de  
101 21 a 23 de setembro onde participaram também as senhoras Teresa e Maria Sirlene. Foi  
102 destacada a fala da professora Izabel Pessoa (CAPES) quem abordou a importância do  
103 professor, a necessidade de atendimento da meta 15 do Plano Nacional de Educação,  
104 apontando como problemática os processos que envolvem a contratação de professores e a



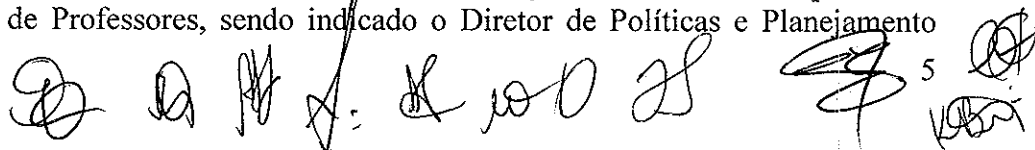
105 formação ainda disciplinar das licenciaturas. Apresentou dados gerais do PARFOR reforçando  
106 positivamente o baixo índice de evasão no programa que concentra o atendimento nos  
107 municípios. Falou da possibilidade de articulação para a oferta de pós-graduação, o que requer  
108 um planejamento estratégico visando à oferta de cursos de graduação e de pós-graduação  
109 incluindo os mestrados profissionais. A senhora Teresa considerou dois aspectos importantes  
110 na fala da professora: 1º) uma avaliação dos sete anos do PARFOR reforçando que o programa  
111 mudou a realidade da educação; e 2º) a constatação de que os cursos desenvolvidos  
112 constituíram uma espécie de laboratório no trabalho de formação de professores. A senhora  
113 Maria Sirlene reforçou o fato ter sido ventilada a possibilidade de haver nova abertura da  
114 Plataforma Freire ainda este ano o que isso deve nos levar a agilizar o trabalho de  
115 levantamento para o Planejamento Estratégico, pois há orçamento para isso na CAPES e isso  
116 pode ser bom para as licenciaturas. Frisou que precisamos fazer a avaliação e desenhar o  
117 Planejamento Estratégico o mais breve possível. O senhor Márcio informou que a CAPES  
118 abriu um Edital de Ensino à Distância para cursos de licenciatura, que iniciarão a partir de  
119 março do ano que vem, sendo que a UDESC, a UFSC e o IFSC, encaminharam uma proposta  
120 a ser executada. A senhora Maria Sirlene salientou a ênfase dada durante o Encontro em  
121 relação a cursos interdisciplinares, tema da fala da profª Izabel (CAPES) e da apresentação de  
122 uma experiência de Licenciatura Interdisciplinar da Universidade Federal do Cariri  
123 (UFCA/CE). No desenho da UFCA é uma formação de base comum e depois abre para uma  
124 segunda diplomação na área específica. O senhor Hamilton reforçou que este tipo de discussão  
125 já estava inserido na pauta do Conselho Estadual de Educação, para que a formação de  
126 educadores para atuar na Educação Básica não fique alheia às demandas sugeridas pela  
127 Educação Básica. O Senhor Matiola recorda que a BNCC foi pensada dentro de um propósito  
128 voltado a romper com a lógica das disciplinas pensando em uma orientação dentro das áreas  
129 do conhecimento, o que é coerente com a discussão feita. A senhora Teresa lembrou que as  
130 Diretrizes para a Educação Básica e a Proposta Curricular do Estado, também sinalizavam na  
131 mesma direção. O senhor Hamilton apontou a necessidade das Licenciaturas mudarem o  
132 enfoque bacharelesco para pensar em outras possibilidades que mudem o atual modelo  
133 demarcado pela forte presença do Estado. O senhor Lourival complementa dizendo que  
134 devemos parar de operar dentro da lógica departamental nas IES e pensar em outras dinâmicas  
135 institucionais, que tragam uma nova lógica de poder. Com relação à licenciatura  
136 interdisciplinar, a senhora Rute destaca que seria interessante conhecer um pouco mais da  
137 experiência da UFFS e sugere que este item seja um ponto de pauta para a próxima reunião. O  
138 senhor Matiola assume a palavra e passa a falar sobre o **Novo Ensino Médio**. Pontuou que as  
139 ações voltadas ao Ensino Médio estão passando por sucessivas reformas dentro de um  
140 contexto que revela disputas de projetos e visão de educação. Afirmou que a SED está  
141 estudando a nova medida provisória proposta para o Ensino Médio, tendo em vista seu texto e  
142 contexto. Comentou que a medida nasceu em função dos baixos índices apresentados pelo  
143 SAEB, os quais revelam que retornamos para os níveis dos indicadores apresentados em 2005.  
144 Chamou a atenção para o fato de que a reforma propõe a exclusão de disciplinas (Educação  
145 Física e Artes), a flexibilização da contratação de professores, a volta da educação profissional  
146 e a ampliação do tempo de formação, o que implicará na formulação de políticas de  
147 financiamento. Ponderou que o texto é dúbio e por isso, precisamos entender o contexto. A  
148 senhora Brígida pergunta se foram apresentados os elementos que desencadearam o baixo  
149 desempenho do sistema de Ensino no Estado tendo em vista o Ensino Médio e se os alunos  
150 estão preparados para fazer parte desta nova dinâmica. Faz pensar como será a adoção de uma  
151 escola de tempo integral dentro de uma cultura que não admite a permanência do aluno na  
152 escola por mais de um turno. O senhor Márcio comenta que estamos diante de uma proposta  
153 autoritária que nasceu sem considerar os 25% dos alunos que estudam no período noturno;  
154 ponderou que o acréscimo de mais um ano para o noturno poderá trazer mais problemas, pois  
155 estamos criando duas classes de brasileiros, um que receberá uma educação mais completa e  
156 outro uma educação mais precária. Por isso o Fórum deve adotar algum posicionamento sobre



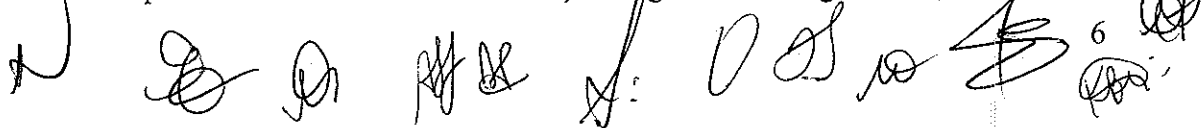
157 esta questão para o Secretário e o MEC. Informou que os professores não foram ouvidos. A  
158 senhora Cássia lembrou que mesmo sendo equivocada e imprópria esta discussão que está  
159 sendo proposta, ela não é nova, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio  
160 aprovadas em 2011 e a CONAE de 2009, já abordavam esta realidade. A reclamação deve se  
161 dar pelo fato de que esta discussão não foi amadurecida e cabe-nos reclamar sobre os  
162 encaminhamentos dos processos referentes a esta realidade. Reforçou que estamos sendo  
163 atropelados e sem tempo para acompanhar o processo. Disse que no momento da atualização  
164 da Proposta Curricular, a ideia de se trabalhar por áreas do conhecimento já estava dentro  
165 desta abordagem. Concluiu que a saída seria inicialmente tomar como referência o conceito de  
166 percursos formativo, porque não dá para pensar o Ensino Médio de outra forma e o segundo  
167 ponto é a formação integral. Sugere que sejam recuperados os contextos históricos para se  
168 aprofundar a discussão no que realmente vale a pena. O senhor Matiola faz referência ao  
169 IDEB, considerando que em relação aos anos iniciais está tudo bem no Estado de Santa  
170 Catarina e que o PNAIC ajudou bastante. Frisou que, no que tange aos anos finais, a  
171 reprovação ficou elevada, apesar de ter melhorado o desempenho em Língua Portuguesa e  
172 Matemática. Pondera que o problema do Ensino Médio é duplo, ou seja, o elevado índice de  
173 reprovação e a taxa de evasão, e isto perpassa pela formação de professores. Em relação ao  
174 tempo integral, a questão é séria em virtude da atração que o jovem sofre pelo mundo do  
175 trabalho, pois este preferirá o emprego e deixará a escola. A senhora Iris argumentou que é  
176 necessário pactuar recursos para resolver estas questões, para que possamos transpor esta  
177 realidade. O senhor Hamilton lembra que este clima está gerando desconforto, mas que o  
178 Fórum esta trazendo a discussão de forma competente e propositiva, pois há uma polissemia  
179 no entendimento da formação de professores e ao mesmo tempo, uma agenda de  
180 desprofissionalização docente que precisa ser combatida, uma vez que isso é um retrocesso de  
181 no mínimo vinte anos em relação à formação docente. Concluiu que o Fórum necessita  
182 manifestar-se de alguma forma e tornar público o estado de insatisfação com a realidade posta.  
183 A senhora Rute se pronuncia em relação a esta realidade surgir em forma de medida  
184 provisória, que é um caso realmente sério com repercussão até mesmo na mídia, e que é  
185 preciso ver o que é possível adotar em relação às orientações pedagógicas para a educação  
186 integral. Em relação ao PNAIC considera que o programa está acontecendo ultimamente em  
187 uma proposta aligeirada. Reforçou que no processo de formação para o Ensino Médio houve  
188 pouco diálogo com a Proposta Curricular de Santa Catarina e também com o Pacto Nacional  
189 pelo Ensino Médio, que é um programa com grande investimento econômico e de pesquisa,  
190 presente em 100% dos Estados e apresentando bons trabalhos. Em Santa Catarina, o Programa  
191 beneficiou mais de sete mil professores e isso é importante. A senhora Teresa pondera que,  
192 diante destas questões, não podemos fazer discussões isoladas tendo em vista a estrutura que  
193 nos envolve que pode ajudar ou servir para justificar nossas fragilidades pedagógicas, por isso,  
194 como encaminhamento, propõe um estudo mais profundo, um dia específico para fazer um  
195 estudo cuidadoso da Medida Provisória, da BNCC, das Diretrizes Pedagógicas da Educação  
196 Básica de 2010, do documento de atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina e das  
197 novas Diretrizes das Licenciaturas. Feito este estudo, sugere o retorno para as IES, no sentido  
198 de fazer um grande seminário de aprofundamento para ver o que é possível fazer. O senhor  
199 Márcio ressalta que a Secretaria de Educação deve aprofundar esta discussão nas escolas,  
200 junto aos professores, sobretudo no Ensino Médio. A senhora Teresa reforça a ideia,  
201 lembrando que em um curso dado a professores, verificou-se que os mesmos tinham  
202 dificuldade em definir o que é Educação Básica, revelando um problema na formação.  
203 Lembrou que devemos pensar estas questões dentro do Planejamento Estratégico do Fórum. O  
204 senhor Lourival reforça que o planejamento deve ser pensado e dentro dele devemos traçar  
205 metas exequíveis, pois devemos ter metas possíveis de dinamizar. Reconhece que o Fórum não  
206 dará conta de tudo, mas deve atacar alguns pontos centrais. A senhora Brígida sugere que,  
207 dentro desta reflexão, devemos incluir as perspectiva do Fórum Estadual de Educação e suas  
208 proposições para a formação de professores tendo em vista a definição por parte do MEC de

 4

209 uma Política de Formação Inicial e Continuada a ser partilhada com os Fóruns. A senhora  
210 Karina lembrou que o MEC havia manifestado interesse de estar nesta reunião, mas que no dia  
211 27 deste mês declinou, alegando que não é produtivo vir à reunião sem ter uma definição  
212 concreta do MEC em relação à Política de Formação e que o MEC está montando um grupo de  
213 trabalho envolvendo a CAPES para que seja pensada a Política de Formação de Professores. A  
214 senhora Edir sugere que a senhora Teresa esteja a frente dessa discussão, nos moldes da  
215 abordagem que ela fez, para então delinear o Planejamento Estratégico mediante estas  
216 discussões. A senhora Maria Sirlene propõe a primeira reunião do grupo de trabalho para o dia  
217 10 de novembro, precedida de uma articulação entre a SED e as IES. O senhor Lourival  
218 considera a necessidade de um momento formativo que servisse de base para entendermos a  
219 atual conjuntura neoliberal que envolve a formação. Reforça que alguém precisaria ajudar o  
220 Fórum a pensar mais filosoficamente estas questões. O senhor Hamilton considerou que o  
221 quadro é sério, pois internacionalmente vivemos um ataque à formação docente que se dá pela  
222 desprofissionalização, com modelos de formação rápida, que não ajudam a fortalecer o  
223 aprendizado. A senhora Maria Sirlene sugere que a comissão dos Coordenadores do PARFOR  
224 se encontre após a reunião para a organização do encontro e pensar em uma articulação prévia.  
225 Reforça que a situação comentada sobre a desprofissionalização do professor é grave e o  
226 Fórum precisa manifestar-se. A senhora Brígida sugere a elaboração de um texto que possa  
227 traduzir o posicionamento do Fórum em relação a esta situação. A senhora Edir sugere que o  
228 professor Hamilton fique à frente na elaboração do documento. O senhor Hamilton aceita e diz  
229 que o documento deve conter uma perspectiva histórica e para isso pede sugestão do grupo.  
230 Reconhece que o documento deve evidenciar a missão, a organização e a preocupação do  
231 Fórum reforçando que este é lugar de discussão da profissionalização docente. O senhor  
232 Lourival sugere que, além da formação histórica do Fórum, a segunda parte pode ser  
233 encaminhada para diversos órgãos/IES, para dar força ao documento, pois a defesa da  
234 profissionalização docente pode ser encaminhada pelos colegiados dos cursos das IES. Desta  
235 forma o congresso estará sendo bombardeado de diferentes lados. A senhora Karina dá  
236 sequência ao próximo item de pauta, tratando da **Segunda licenciatura Alemão**. Informa que  
237 se trata de um curso ofertado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), a ser realizado em  
238 Joinville. Destacou que em consulta a CAPES, foi informada que é um projeto piloto da UFPR  
239 e é importante a manifestação formal do Fórum para a efetivação do curso. O senhor Márcio  
240 indaga se há um polo da UFPR em Joinville e o senhor Lourival questiona se não deveria ser a  
241 UFSC a prestar este serviço. A senhora Edir informou que em consulta informal feita ao pró-  
242 reitor de graduação da UFSC, o mesmo indicou que a UFSC não tem interesse na oferta, o que  
243 explica a articulação com a UFPR. O senhor Hamilton reiterou que integra o colegiado do  
244 curso de Letras e que não teve conhecimento desta oferta e consulta. A senhora Rute reforça  
245 que é preciso consultar o Departamento do Curso de Letras para ver esta questão e se coloca à  
246 disposição para isso, já que a existência de um documento formal dará segurança ao Fórum  
247 para deliberar sobre a aprovação da oferta. Ficou deliberado a realização de consulta formal à  
248 UFSC e, em caso de não interesse por parte desta, submeter manifestação favorável à UFPR.  
249 Em relação à **socialização das IES sobre a Resolução CNE/CP 02/2015**, a senhora Karina  
250 indaga sobre novos procedimentos adotados pelas IES. O senhor Lourival revelou que na  
251 UDESC foi aprovada a Política das Licenciaturas e agora os curso poderão dar andamento a  
252 suas demandas com mais segurança e a senhora Adriana informou que na UNISUL foi feito  
253 um documento contendo as diretrizes para a formação de professores. Na sequência, passou-se  
254 ao item **PIBID** e a senhora Adriana informa que no dia 7 de julho foi feito em Ponta  
255 Grossa/PR a última reunião para pensar o Encontro Nacional das Licenciaturas – ENALIC.  
256 Considerou que a proposta inicial era de realizar em Santa Catarina, mas que não foi possível  
257 em virtude da inexistência de verba e por isso a Pontifícia Universidade Católica –  
258 PUC/Curitiba assumiu o evento. O PIBID de Santa Catarina propôs duas mesas. A primeira  
259 será para apresentar a experiência de Santa Catarina na articulação do PIBID com os processos  
260 voltados à Formação de Professores, sendo indicado o Diretor de Políticas e Planejamento

 5

261 Educacional da SED que fará uma abordagem sobre o PROESDE Licenciatura. Na mesma  
262 mesa haverá a participação do PARFOR e do PIBID. Esta mesa está pensada para fomentar o  
263 debate referente à articulação das instituições em torno da formação. A outra mesa apresentará  
264 os impactos do PIBID na formação inicial de Santa Catarina. Dando continuidade, a senhora  
265 Adriana relata que a SED solicitou algumas informações referente ao PIBID para as escolas e  
266 se colocou à disposição para reforçar tais solicitações e colaborar nas informações visando  
267 desta forma, manter a boa articulação que está sendo feita entre o PIBID e os processos  
268 formativos desenvolvidos no Estado. A senhora Gicele informa que é importante estarmos  
269 juntos também no ENALIC, através do FORPIBID, e manter a articulação, sobretudo frente ao  
270 processo de aprovação do orçamento para o PIBID, uma vez que a CAPES está reduzindo os  
271 recursos e as IES estão sentindo os efeitos desta redução. Reforçou que o FORPIBID fará uma  
272 nova mobilização em defesa da transparência nos orçamentos destinados ao Programa e  
273 lamenta a perda que as IES estão tendo diante de ações tomadas, sem qualquer diálogo com o  
274 Fórum. Admite que é necessário a mobilização em defesa da transparência. A senhora Adriana  
275 informa que o convite para o ENALIC está aberto para a inscrição de trabalhos e será  
276 realizado nos dias 14,15 e 16 de dezembro nas dependências da PUC de Curitiba. Dando  
277 continuidade, a senhora Edir passou a relatar sobre a sua participação no encontro da  
278 Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM, em  
279 Foz do Iguaçu. Disse que foi indicada para representar o Secretário de Estado da Educação  
280 nesta reunião para uma avaliação do PIBID que fez contato telefônico com a senhora Adriana,  
281 que disse desconhecer o encontro. Pontuou que os participantes da reunião eram membros das  
282 Secretarias de Estado e das Universidades Estaduais do Paraná, mais a USP, as Secretarias  
283 Estaduais de Educação do Maranhão e da Bahia. O convite a Santa Catarina foi para relatar o  
284 processo sobre a dinamização do PIBID no Estado. A senhora Edir informou que em seu  
285 relato ressaltou que houve um salto de qualidade na articulação em decorrência da participação  
286 do PIBID neste Fórum, onde é possível a articulação com as IES comunitárias, privadas e  
287 públicas que possuem representação no Fórum. Falou das qualidades e dificuldades que o  
288 PIBID enfrenta, ressaltando o fato de que a experiência na iniciação à docência é positiva e dá  
289 segurança à atuação do acadêmico durante o Estágio Supervisionado. Observou que o  
290 propósito de sua fala era para convencer os reitores da importância do PIBID. Destacou que  
291 seria fundamental que outros membros pudessem estar lá para reforçar os argumentos  
292 apresentados. Explicou que o desafio maior é pensar em conjunto as políticas e os projetos na  
293 perspectiva do PIBID. Destacou o papel dos convênios entre a SED e as IES para a realização  
294 do programa nas escolas e desta forma, dar credibilidade, respeito e legalidade aos Projetos.  
295 Destacou que os convênios fortalecem a segurança dos acadêmicos no programa e nas escolas.  
296 Na sequência da pauta tratou-se das **licenciaturas: realização de estágios, em caráter**  
297 **excepcional, nas áreas que não tem professor habilitado.** A senhora Adriana ponderou que  
298 em reunião na ACAFE foi relatado que está havendo dificuldade para a dinamização dos  
299 estágios na Rede Estadual, pois estão sendo impostos novos critérios que dificultam a  
300 colocação dos acadêmicos nas escolas, e lhe foi solicitado trazer esta discussão para este  
301 Fórum. Destaca que este limitador é um elemento que deixa mais complexo o processo dos  
302 Estágios. A senhora Brígida destacou a falta de professores habilitados na Rede Estadual para  
303 acolher os estagiários e a senhora Adriana reforçou que as Gerências Regionais de Educação  
304 (GERED) estão indicando outros municípios para os estagiários, mas isso dificulta muito a  
305 vida do aluno. O senhor Lourival afirma que este tema é importante e deverá constituir-se em  
306 ponto de pauta para ser retomado. A senhora Cássia defende a ideia de que devemos solicitar  
307 um encaminhamento à Secretaria Estadual de Educação para que as GEREDs sejam trazidas  
308 para discutir esta situação, visando a consolidação de uma política de estágio que ajude a  
309 contornar a superlotação das escolas com os estágios e os demais programas que a escola  
310 abriga. Reforçou que tanto as GEREDs como as IES deverão usar o bom senso. A senhora  
311 Rute sugere que seja feito um grupo a socialização das Diretrizes de Estágio com o propósito  
312 de aprofundar esta questão. O senhor Lourival reforça a urgência de resgatarmos, na escola, a



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.

313 figura dos coordenadores pedagógicos, para melhorar esta situação. Passando ao próximo  
314 ponto de pauta, a senhora Raquel que trata a respeito da possibilidade de oferta de bolsas para  
315 formação pedagógica com **recursos do FUMDES**. Sobre o estágio, lembra que o PROESDE  
316 Licenciatura tem outra dinâmica e por isso o estudante não entra em sala. Sobre cursos com  
317 recursos do FUMDES, frisou que alguns cursos estão findando e então novos projetos estão  
318 sendo elaborados. No entanto, em virtude da reformulação curricular das licenciaturas a ideia é  
319 atender a formação pedagógica para graduados não licenciados. A demanda indica o  
320 investimento em Matemática, Física, Química e Biologia, além de Informática e Agropecuária.  
321 As turmas serão compostas de 35 alunos e os cursos ocorrerão em um período de 24 meses. A  
322 base para a montagem dos cursos são os cursos do SENAI, CEDUP e do Ensino Médio  
323 Integrado para a Educação Profissional. Cada IES candidata deverá ter espaço para o estágio  
324 dos estudantes em sua região. Está sendo avaliada a possibilidade da oferta de segunda  
325 licenciatura em Inglês, mas depende de uma consulta às GEREDs e da análise da comissão *ad*  
326 *hoc*. Foi feito um levantamento prévio e há muitos professores em sala de aula sem  
327 habilitação, como em Florianópolis com um total de 79 professores ACTs sem habilitação e  
328 por isso é preciso investir. A senhora Brígida indaga se estes são professores com formação  
329 superior sem formação pedagógica. A senhora Raquel informa que não necessariamente, pois  
330 há professores em formação, sem a formação pedagógica em inglês. Como item final da pauta,  
331 a senhora Cássia informa que no dia 19 de setembro foi lançada a CONAE 2018, como já  
332 estava programado. Reforçou que todas as etapas serão cumpridas segundo o que foi  
333 planejado, sob a coordenação do Fórum Nacional de Educação, que administrará o seguinte  
334 cronograma: em 2016, os Estados lançarão as CONAE Estaduais. Santa Catarina lançará no  
335 dia 29 de novembro. No primeiro semestre de 2018 acontecerão as etapas das escolas e dos  
336 municípios e no segundo semestre serão as etapas intermunicipais e Estadual para que no  
337 primeiro semestre de 2018 aconteça a etapa Nacional. Frisa que em todas as etapas haverá a  
338 diminuição no número de participantes que ficará em torno de 2.200. A regra para participação  
339 continua a mesma: o delegado deverá participar de todas as etapas, pois só assim estará  
340 credenciado para a etapa Nacional. Destacou a importância da participação das IES nos  
341 Fóruns, com participação ativa, para fazer boas proposições nas etapas Estadual e Nacional.  
342 Disse que Santa Catarina tinha uma representação pequena de mais ou menos 100 delegados e  
343 deverá diminuir: serão no máximo 80. O grande ponto de discussão da CONAE Nacional é a  
344 avaliação do Plano Nacional de Educação, cujo tema será a avaliação e o monitoramento dos  
345 Planos Municipais, Estadual e Nacional de Educação. É preciso identificar se está havendo o  
346 cumprimento das demandas e verificar se as metas estabelecidas estão sendo executadas, caso  
347 contrário, se prevê uma alteração da própria Lei do Plano. Lembra que, no texto da lei, as  
348 instâncias de monitoramento são as Câmaras de Educação do Senado, a Câmara dos  
349 Deputados, o Conselho Nacional de Educação e o Fórum Nacional de Educação. Nos  
350 Municípios é a Secretaria Municipal de Educação, a Câmara dos Vereadores e o Fórum  
351 Municipal de Educação. Informa que há informações no site do INEP chamado de "linha de  
352 base", um documento de responsabilidade do INEP, que está fazendo o acompanhamento, de  
353 todo o andamento no país. O acompanhamento das metas também é registrado pelo  
354 pne.mec.gov.br, que também faz o monitoramento. A senhora Rute complementa que  
355 recentemente aconteceram os seminários "Plano Estadual de Educação em Movimento", cujo  
356 público alvo foram os representantes das Secretarias Municipais, e que teve a participação dos  
357 Fóruns Municipais de todo o Estado. No entanto, há Fóruns que não foram criados e outros  
358 cujas pautas são insipientes, sem muita ou nenhuma representação das IES. É uma articulação  
359 difícil, que conta com as associações municipais e GEREDs, junto com as IES. A senhora  
360 Teresa, que participou do Seminário da Região de Chapecó, reconhece a dimensão dos Fóruns  
361 e a necessidade da participação de todos, pois neles surgem questões muito pontuais das quais  
362 precisamos tomar conhecimento e sugerir. A senhora Karina passa para os **encaminhamentos**  
363 desta reunião: agendamento de data para reunião inicial sobre a elaboração do Planejamento  
364 Estratégico; manifestação do Fórum com relação ao processo de desprofissionalização



365 docente; envio da legislação referente ao Estágio aos membros do Fórum; consulta formal à  
366 UFSC em relação a oferta de segunda Licenciatura em Alemão pela UFPR no município de  
367 Joinville. A senhora Teresa afirma que a primeira coisa a ser feita é constituir a comissão para  
368 a elaboração do Planejamento Estratégico e a senhora Karina lembra que já há uma comissão  
369 instituída que seriam os Coordenadores do PARFOR. A senhora Teresa lembra que foi  
370 sugerido no 3º Encontro do PARFOR, o levantamento da demanda por formação inicial e  
371 continuada. Reconhece que no Planejamento Estratégico, deveremos definir como fazer o  
372 levantamento destas demandas. A senhora Edir considera importante definirmos as demandas,  
373 reforçando que com tais informações é possível definir o como e o que fazer. A senhora  
374 Karina indaga quando podemos fazer a primeira reunião e o grupo sugere que seja pensada  
375 uma data para a reunião da comissão. Levantou-se a necessidade de indicação de um  
376 profissional para contextualizar o cenário em que operam as licenciaturas, fazer um estudo  
377 rápido dos documentos legais e confrontar com a nova legislação em diferentes áreas da  
378 educação. Foi sugerido para esta contextualização o nome do senhor Hamilton ou alguém de  
379 fora do Fórum. A senhora Cássia pondera que para ouvirmos outra pessoa de fora, precisamos  
380 delimitar claramente o que queremos ouvir, ver onde está o nó, para então convidar alguém  
381 fora do contexto. Ressalta que no grupo há pessoas em condições de discutir e que  
382 inicialmente, seria importante o grupo resolver as demandas prementes e se for o caso, chamar  
383 uma pessoa externa para questões pontuais. A senhora Karina sugere que o senhor Hamilton  
384 seja convidado para uma primeira fala na próxima reunião. A senhora Edir retoma a palavra,  
385 agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião. Eu, Ancelmo Pereira de Oliveira,  
386 lavrei a presente ata que deverá ser submetida à aprovação pelos membros do Fórum presentes  
387 na próxima reunião.

M. Hermann

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Karina B. de Oliveira e Silva

[Handwritten signature]